



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIO/AL

Processo: 07032654720148020001

INCIDENTE DE PRESCRIÇÃO:

Data Limite do Ajuizamento: 29/09/2006

Data do Ajuizamento: 03/02/2014

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE MARIA PORANGABA LEMOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **29/09/2003**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **26/06/2012**.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL

Nota-se que no caso em epígrafe houve o requerimento administrativo com seu posterior pagamento após o prazo prescricional previsto no artigo 206, § 3º, IX, DO CC/2002, sendo imperioso ressaltar que tal ato constitui **mera liberalidade do devedor**, devendo pois prevalecer a prescrição da pretensão da parte autora em receber a suposta complementação³.

Conforme se observa o pedido ocorreu quando já decorrido o prazo prescricional:

4. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ
Nº BANCO 341 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

5. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Nº BANCO 104 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.
UMA VEZ EFETUADO O CRÉDITO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS
INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS. RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA
INDENIZAÇÃO.

LOCA: Maria DATA: 23.02.2012

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO (A): José Maria Penabaz Lima

**MBM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT**

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. PRESCRIÇÃO TRIENAL. TERMO INICIAL. VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO CIVIL. CONSOLIDAÇÃO DA LESÃO. CONTINUIDADE DO TRATAMENTO NÃO DEMONSTRADA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 278 DO STJ. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. MERA LIBERALIDADE.** 1. Ocorrido o sinistro no ano de 2007, aplicável ao caso o prazo trienal, de acordo com o art. 206, § 3.º, IX, do Código Civil. Não havendo prova de consolidação das lesões em momento posterior, o termo inicial da contagem do prazo é a data do sinistro. Inaplicabilidade da Súmula 278 do STJ. 2. Hipótese em que o pagamento administrativo decorreu de mera liberalidade da seguradora, eis que efetuado no ano de 2011, quando a pretensão da parte autora já estava prescrita. APELAÇÃO PROVIDA, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70060506979, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 28/07/2014).

Isto por que, embora tal ato possa ensejar interpretação no sentido da interrupção da prescrição (art.202, VI do CC) ou a sua renúncia tácita (artigo 191 do CC)⁴ conforme a hipótese que se apresentar, importante ponderar as hipóteses da aplicabilidade do primeiro e o alcance do segundo, caso V.Exa. entenda aplicável ao caso concreto.

No que tange à primeira hipótese, realizando-se simples interpretação lógico-dedutiva, constata-se que inviável se torna a interrupção do lapso consubstanciado no artigo 202, VI do CC⁵, considerando a inviabilidade de ser interrompido prazo em que já foi exaurido em ocasião anterior, não havendo portanto maiores ilações acerca da citada norma.

Entretanto, caso se depreenda que por força do pagamento administrativo teria ocorrido a renúncia tácita ao direito de alegar a prescrição, adverte-se que esta, por ser uma exceção à regra geral, deve ser interpretada de forma restrita, fundamentado no artigo 114 do CC⁶.

Desta forma, aplicando-se o citado artigo ao caso em tela, forçoso reconhecer que esta renúncia abrange somente a obrigação que foi liquidada administrativamente, não englobando portanto pretensão para fins de complementação nem tampouco pretensão de natureza diversa envolvendo o Seguro DPVAT decorrente do mesmo sinistro, tendo este debate inclusive já decidido nos Tribunais⁷.

Ante todo o exposto, denota-se que, em que pese ter ocorrido o pagamento administrativo com o prazo prescricional já escoado, verifica-se que permanece prescrita a pretensão no sentido de sua complementação, inclusive referente a causas de pedir diversas decorrentes do mesmo sinistro, ensejando portanto a reforma da r. Sentença para que seja o pedido extinto na forma do artigo 487, II do CPC.

QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO

DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA – DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ

Não assiste razão a parte Autora na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez⁸.

⁴ **Art. 191.** A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

⁵ **Art. 202.** A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: (...) VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

⁶ **Art. 114.** *Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.*

⁷ **PRESCRIÇÃO RENÚNCIA TÁCITA INTEPRETAÇÃO RESTRITIVA VALORES NÃO ACOBERTOS PELA RENÚNCIA PRESCRITOS RECURSO PROVIDO.** Havendo pagamento parcial após o prazo prescricional, considera-se que houve renúncia somente em relação a parcela paga, visto ser instituto que se interpreta restritivamente. Prescrita a pretensão no que se refere à diferença não paga, ora cobrada, inaplicável a interrupção que consta do artigo 172, V, do Código Civil. (TJ-SP - AI: 2177071720118260000 SP 0217707-17.2011.8.26.0000, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 21/11/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/11/2011)

⁸ STJ, A.I nº 1.375.362 – MT, Relator Ministro Raul Araújo, julgamento 30/11/2011 “RECURSO DE APELAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA - RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - SÚMULA Nº 405 DO STJ - PRAZO DE 03 (TRÊS) ANOS ART. 206, § 3º, IX, DO CC/2002 - SÚMULA Nº 297 DO STJ - INAPLICABILIDADE NO CASO CONCRETO -PRESCRIÇÃO OCORRIDA ANTES DO INÍCIO DE QUALQUER EXAME PERICIAL - IMPOSSIBILIDADE DA PRESCRIÇÃO FICAR DEPENDENTE DE AÇÃO POTESTATIVA DA VÍTIMA – VONTADE DE SE SUBMETER OU NÃO AO EXAME – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.”

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Autora se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**. fls. 124

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 26/06/2012 após 9 ANOS da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 29/09/2003, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante **CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR** da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**, após a regulação do sinistro.

BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA:	12/09/2012
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE MARIA PORANGABA LEMOS

BANCO: 237

AGÊNCIA: 03230-1

CONTA: 000000540360-0

Nr. Autenticação

BRADESCO120920120500000000023703230000000540360135000 PAGO

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

⁹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização. fls. 126

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **29/09/2003**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais¹⁰.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

¹⁰ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ¹¹. fls. 127

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.350,00 (UM MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios¹², ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

¹¹ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

¹² “PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a**

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação¹³.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação¹⁴.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ex Positis, requer seja extinto o feito com julgamento do mérito, com fulcro no art. 487, inciso II do Código de Processo Civil c/c 206, § 3º, inciso IX do Código Civil, por **absolutamente prescrita**.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

¹³“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

¹⁴ art.

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO, inscrito sob o nº 5624/AL, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MACEIO, 9 de dezembro de 2020.

NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO
5624 - OAB/AL

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autônoma					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autônoma, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/AL 3564A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**, inscrita na OAB/AL sob o nº 5624 com escritório na RUA LADEIRA EUSTQUIO GOMES MELO (LADEIRA DA CATEDRAL), N 67 SL. 101 CENTRO MACEI/AL- CEP: 27.051-300, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE MARIA PORANGABA LEMOS**, em curso perante a **12ª VARA CÍVEL** da comarca de **MACEIO**, nos autos do Processo nº 07032654720148020001.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AL 3564A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



Presidente da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ENTRE A SEDE DO BA-FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Thygesen, Nordhagen

Sociedade anônima

Positive Environmental

Normal

1218 An. Bot. Belgica

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Critique Arguments

00001131301-18/12/2017

DOI: 10.1002/for

SEGURO LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO PRIVADO S/A

Balance(s): 102595004

Hash: ECC32023-D73D-4232-8533-7CC99410A904

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
Orfã	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


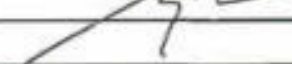
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S/A

NÍQUE: 133.0020479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Account ID: FD59743867A48220CFDK4956APADE5ECF8FFD5CF68740F233K496APDA8DE17DB

Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.a-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 1 de 3

CR *Lucas*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro		
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/017193-4 Data do protocolo: 26/01/2018		
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de autenticação.		
Autenticação: FD69743867A48220CFDE4356AFAD88CF8FFD5CF68740F233X496A7DA80E17B6		
Para validar o documento acesse http://www.jucex.ja.sj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13		

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 2 de 3

CR *Luc*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do livro de autenticação.

Autenticação: FDS974386FA48220CFDB4856APADESECFRFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 4/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel: 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205

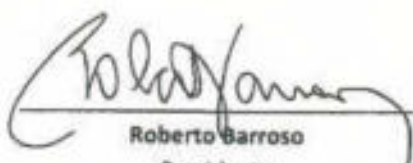


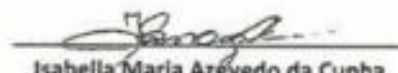
7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA48220CFDE4856AFAD858CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80X1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 5/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFEE4B36AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6976386FA8220CFDE4B56AFAD5ECF8FFDDCF88740F233E496AFDA30X1F8S

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/15



2/1



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 1 de 10

Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 2 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11B12475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo A.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/14

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 4 de 10

Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

M/V



4996511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

hmr
Bernardo K. L. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7



4896513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

P/W



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.439, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Benedito F.S. Derwinger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C696
Arquivamento: 00002958603 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** (080000524453) e **HÉLIO BITTON RODRIGUES** e

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.

Em testemunho _____ da verdade.

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.

EDLP-146881 HDE - 011-56882 GRS

Consulte em <https://www3.tirri.jus.br/sitepublico>

Cartório: Carlos Alberto Firmin Oliveira
Rua do Carmo, 45 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-0001

ADB28690
088674

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
1 3.90 Escrevente
1 03786-46062 série 05077 ME
Aut. 20.5.3º Lei 8.986/94

SUBSTABELECIMENTO

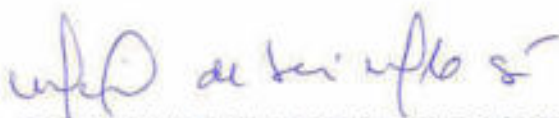
Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRABESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.





anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132



BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA: 12/09/2012

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE MARIA PORANGABA LEMOS

BANCO: 237

AGÊNCIA: 03230-1

CONTA: 000000540360-0

Nr. Autenticação

BRADESCO1209201205000000000023703230000000540360135000 PAGO

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 2012390920**Cidade:** Paulo Jacinto**Natureza:** Invalidez**Vítima:** JOSE MARIA
PORANGABA LEMOS**Data do acidente:** 29/09/2003**Emissor do parecer:** GABRIEL
JOÃO
LOURENÇA
DA SILVA**Seguradora:** MBM SEGURADORA
S/A**Prestadora:** CNIS - Cadastro Nacional
Informações e Serviços**CRM do médico:** 2544

PARECER

Diagnóstico: TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO.

Descrição do exame médico pericial: QUEIXAS NEUROLÓGICAS SUBJETIVAS , ALTERAÇÃO DE MEMÓRIA , TONTURA.

Resultados terapêuticos: TCE - TRATAMENTO CONSERVADOR.

Sequelae permanentes: APRESENTA PERDA PARCIAL DAS FUNÇÕES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL.

Sequelae :

Data da perícia: 03/09/2012

Conduta mantida: Não

Observações:

Valor pleiteado: 13.500,00

Médico avaliador: ADONIS BORN MUNIZ

UF do CRM do médico: AL

DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante	100	1	10

Valor avaliado: 1.350,00

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Sinistro: **2012/390920**
 Vítima: **JOSE MARIA PORANGABA LEMOS**
 Local: **AL-PAULO JACINTO**
 Data do Acidente: **29/09/2003**

Avaliação do Medico Perito Legista

I. Há lesão cuja etiologia (origem causa) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

- a) ☒ SIM b) ☐ NÃO c) ☐ PREJ.

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual (quais) região (regiões) corporal (is) encontra (m) – se acometida (s);

SNC

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

TCE - TRATAMENTO CONSERVADOR

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

- a) ☐ SIM b) ☒ NÃO

Se SIM descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame medico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ Disfunções apenas temporárias
 b) ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo(seqüelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

QUEIXAS NEUROLÓGICAS SUBJETIVAS , ALTERAÇÃO DE MEMÓRIA , TONTURA

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ SIM, em que prazo:
 b) ☒ NÃO

Em caso de enquadramento na opção “a” do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão (ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
 b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:
 b.1) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima)
 b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido

Segmento Anatômico

1ª Lesão

SNC

Marque o percentual

☒ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75%

2ª Lesão

Marque o percentual

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75%

3ª Lesão

Marque o percentual

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75%

4ª Lesão

Marque o percentual

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75%

Observação: Havendo mais de quatro seqüelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado representados:

Local e data de realização do exame médico legal:

AL - ARAPIRACA, 03/09/2012

Médico Perito: ADONIS BORN MUNIZ CRM: 2544 AL

Médico Revisor: MARIA DE FATIMA FURTADO VELOSO DE MELO CRM: 52495155

Dra. Fatima Furtado Melo
Médica Perita
CRM-RJ - 52 49515-5
Cadastro Nacional



Assinatura do médico revisor - CRM

Informações Complementares

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL GERAL DO ESTADO PROFESSOR OSVALDO BRANDÃO VILELA
SECRETARIA HOSPITALAR

RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE: José Maria Porangaba Lemos

D.N. / IDADE: 27.02.1979

PRONTUÁRIO: 112163

DATA DO ATENDIMENTO: 29.09.2003

HORA: 07h: 30 min

ALTA: 13.10.2003

CID: T. 00

DIAGNÓSTICO: ➤ Politraumatismo

TRATAMENTO: ➤ Conservador.

ACHADO: ➤ Traumatismo crânio encefálico fechado.
➤ Glasgow 7.
➤ Esboçando descerebração bilateralmente
➤ Fratura de face (malar direita, nariz e edema hemiface direita).

CONDUTA: ➤ Avaliação do neurocirurgião e cirurgião bucomaxilo facial
➤ CT crânio exame laboratorial e exame radiológico
➤ Terapêutica clínica
➤ Cuidados de UTI e ventilação mecânica.

OBS.: Paciente atendido pela equipe médica desta Unidade de Emergência através do Sistema Único de Saúde.

OBS.: Relato as informações constantes no prontuário.

Maceió, 30 de maio de 2012.

Assinatura: Antônio Fernando Nery Peixoto
CRM / AL 1344

MBM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT



SESAU - SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOÁS
UNIDADE DE EMERGÊNCIA - DOUTOR ARMANDO LAGES

FICHA AMBULATORIAL

Caixa: 05.01 02.04.04.132

DATA: 11/06/2012 HORA: 07:30

NOME: José Maria P. Lemos DATA NASCIMENTO: 24/01/1961

SEXO: M COR: E. CIVIL: PROF:

RESIDÊNCIA: Lagoa do Inga Nº BAIRRO: Tamborém

TRAZIDO POR: José Manoel PROCEDÊNCIA: Local

A CARGO DO SERVIÇO SOCIAL

FIRMA ONDE O PACIENTE TRABALHA: FONE:

PESSOA DE QUEM DEPENDE: PARENTESCO:

ENDEREÇO: Nº BAIRRO:

GRUPO SANGÜÍNEO: RH: OUTROS DADOS:

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ☒ ACIDENTE DE TRÂNSITO ☐ ACIDENTE DE TRABALHO ☐ ACIDENTE CASUAL ☐ TENTATIVA DE SUICÍDIO ☐ AGRESSÃO ☐ DESCONHECIDA

HORA DO ATENDIMENTO: ÀS 7:30 CLÍNICA: Cirurgia

ANTECEDENTES ALÉRGICOS A:

HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL: 3 horas. Paciente vítima de queda de muito peso desde o lar, apresentando ferida aberta de 10x10 cm, com sangramento ativo e transtorno de consciência. Epilepsia de início recente.

Certifico que a apresentação Confere com o original. O referido é verdade. Dou fé. 19/06/2012

Assinatura do Servidor Responsável pela Informação

SINAIS VITAIS: PULSO: 80/60 TEMP: PA: RESPIRAÇÃO:

EM CASO DE POLITRAUMATIZADO: PUPILAS: Isotópicas TIPO DE VÔMITO:

☐ TCE ABERTO ☐ LÚCIDO ☒ HEMATOMA PALPEBRAL ☒ TCE FECHADO ☐ SONOLENTO ☐ CRISES CONVULSIVAS ☐ ABDOME AGUDO ☐ CONFUSO ☐ OUTROS DADOS: ☐ FRATURA EXPOSTA ☒ COMATOSO

EXAME FÍSICO GERAL: Exame físico geral, consciente, não responde a estímulos verbais, localiza a dor, reflexos, esconhido, orientado, corado.

NEV: ACN 2706/05 FC: 80bpm AR: 12/12/2012. Nenhum plano, flácido, sem sinais de irritação ou trauma. TÓRAX e PÉLVIS estáveis (?).

DIAGNÓSTICO PROVÁVEL: TCE

DIGITADA MBM SEGURADORA 03 AGO. 2012 SINISTRO DPVAT

REGISTRANTE: ACADÊMICO: ECMAI UFAL

FEITO RELATÓRIO EM 30/5/12

Dr. Edson Gomes de A. Gomes Cirurgião - Especialista em Ortopedia

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEI DE MELO e www2.tj.al.jus.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22, sob o número WMAC20702045796. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tj.al.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-47/2014.8.02.0001 e código 4A2D0C8.

EVOLUÇÃO/PRESCRIÇÃO INICIAL	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM
<p>HORA: _____ DATA: <u>1</u> / <u>1</u> / _____</p> <p>1) <u>ligar laser - somar em 16/6</u></p> <p>2) <u>Exeter de 02</u></p> <p>3) <u>Construção Pk, P e ?</u></p> <p>4) <u>Solicito vaga na UTI.</u></p> <p>29.03 - <u>NUCC</u></p> <p>Ref. gravíssimo, pupila esquerda EFMD: agnóstico, exato, anel descebração bilateralmente. ref: internamento na UTI solicito CT do cérebro</p> <p><i>Carla S. A. Melo Neurologista CRMAL 3244</i></p>	<p>Admissão, registro de medicação, evolução, sinais vitais, outros.</p>

SOLICITADA AVALIAÇÃO DO: Neurocirurgia / R. B. ...

EM CASO DE PERMANÊNCIA HOSPITALAR

DESTINO

☐ SALA DE OBSERVAÇÃO ☐ INTERNAÇÃO _____ (LOCAL)

☐ CENTRO CIRÚRGICO _____

☐ TRANSFERIDO PARA: _____

CONDIÇÕES DE ALTA

☐ CURADO ☐ MELHORADO ☐ INALTERADO

☐ RECUSOU-SE AO TRATAMENTO ☐ ALTA A PEDIDO ☐ ABANDONOU O HOSPITAL

☐ ÓBITO DATA _____ / _____ / _____ HORA: _____

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO

MEMÓRIA
SISTEMA DE ATUALIZAÇÃO
2002

ASSISTENTE SOCIAL

MEDECINA

HC
Em: 22/03
Assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tjal.jus.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22, sob o número WMAC20702645796
Verificar o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-47.2014.8.02.0001 e código 4A2D0C8.



UNIDADE DE EMERGÊNCIA
DOUTOR ARMANDO LAGES

SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS
UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. ARMANDO LAGES

LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> MUDANÇA DE PROCEDIMENTO | <input type="checkbox"/> PACIENTE COM IDADE INFERIOR À FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDADA - PORT. 544 |
| <input type="checkbox"/> MUDANÇA DE CARÁTER | <input type="checkbox"/> PACIENTE COM IDADE SUPERIOR À FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDADA - PORT. 544 |
| <input type="checkbox"/> MUDANÇA DE ESPECIALIDADE | <input type="checkbox"/> USO DE PRÓTESE, ÓRTESE |
| <input checked="" type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI | <input type="checkbox"/> USO DE FATORES DE COAGULAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE | <input type="checkbox"/> USO DE OXIGENADORES |
| <input type="checkbox"/> VACINA ANTI Rh | <input type="checkbox"/> NUTRIÇÃO PARENTAL |
| <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO QUE ATINGIU TEMPO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA - PORT. 544 | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

HOSPITAL: Unid. de Emergência C.N.P.J.: _____
 PACIENTE: Jose Maria F. Benas CONVÊNIO: _____
 PROCEDIMENTO ANTERIOR: _____ PROCEDIMENTO SOLICITADO: 40-200-00-0
 MÉDICO SOLICITANTE: Alberto Vieira da Silva CRM: _____ CPF: _____

JUSTIFICATIVA:

Paciente vítima de acidente automobilístico, politraumatizado, com escoriações por todo o corpo, necessita de cuidados intensivos.



DATA: 29.09.12

Assinatura do Médico

AUDITOR:

Dr. Zamilio Costa
Médico CRM - 606

DATA: 28.10.12

Assinatura - CPF



AVALIAÇÃO DA FISIOTERAPIA - EVOLUÇÃO

NOME: José Maria P. Lemos REGISTRO: 112163
ENDEREÇO: _____ LEITO: 09
DIAGNÓSTICO: TCE IDADE: 24 a

DATA	HORA	EVOLUÇÃO DE FISIOTERAPIA
03/10/03	tarde	Paciente intubado sob VM/AIC a volume com parâmetros ventilatórios mantidos. Conduta: - Aerosol. e RPPI. - Reed. func. resp. - Exerc. terap. incl. Ass: <u>Paula/Bernice Malta</u> <u>[Assinatura]</u> CR
04/10/03		Paciente, jovem, atubado sob VM/AIC no duty. Sinal de ruído auscultado. Conduta: Reed. func. resp. e Exerc. terap. incl. Ass: <u>[Assinatura]</u> CR
04/10/03		Paciente mantém gdo aliado imotilidade. Conduta: Reed. func. resp. e Exerc. terap. incl. Ass: <u>[Assinatura]</u> CR
05/10/03		Paciente com ECG, intubado sob VM/AIC. PSV) com FiO ₂ = 0,60. PEEP = 5 cmH ₂ O. FR/PR = 14/12. Conduta: Aerosol e RPPI. - Reed. func. resp. - Exerc. terap. incl. Ass: <u>[Assinatura]</u> CR

MBM
SEGURADORA
0-9 AGO. 2012
SINISTRO PRIVAT

Fisioterapeuta (CREFITO)

Ass: [Assinatura]

Maria Remunda de S.
Fisioterapeuta
CREFITO

06/10/03
manhã

Paciente em IE comprometido, atendendo a algumas solicitações, entubado em VM em processo de desmame. AP: MVU em base direta.
Parâmetros: SIMVU; V: 500; FR: 14/4; PEEP 5; P₉₀: 30%.

Id: aerobado. CI RPP1.
reid. func. resp.
exerc. terap. indiv.
Acad. Renato M^a de Oliveira

Maria Ramunda de Sá
Fisioterapeuta
CREITO 1.6479-1
CIC 10.693.964-15

06/10/03

Paciente foi entubado e encontra-se com nível de ventilação de Venturi com O₂ contínuo a 50%.

conduta: aerobado. CI RPP1.

reid. func. resp.

exerc. terap. indiv.

Acad. Flávia Pauletti

Maria Ramunda de Sá
Fisioterapeuta
CREITO 1.6479-1
CIC 10.693.964-15

06/10/03

Paciente respirando espontaneamente, cupreco realizado aerobado s/ RPP1 + exercícios terapêuticos + aerob. funcional respiratório.

Flávia Pauletti
CIC 10.693.964-15

07/10/03
manhã

Paciente respirando espontaneamente / auxílio de máscara de Venturi (FIO₂ = 50% a 5L/min).
Encontra-se estável, AP: MVU em RPP1 s/ R.A.

conduta: aerobado s/ RPP1 + aerob. func. resp. + exerc. terap. indiv.
Acad. Cláudia, Peterson

Maria Ramunda de Sá
Fisioterapeuta
CREITO 1.6479-1
CIC 10.693.964-15

04/10/03

Paciente respirando espontaneamente sob O₂ contínuo FIO₂ 50% a 5L/min com 7L/min.

conduta: Aerobado. CI RPP1
Exerc. terapêuticos
Aerob. func. resp.

MEM
SEGURADORA
09 ABR 2012
SINISTRO DEVAL

Acad. Vanessa

Maria Ramunda de Sá

06/10/03
manhã

Pt em SE comprometido, atendendo a algumas solicitações, intubado em VM em processo de desmame. AP: MV em base direita
Parâmetros: SIMUV; V: 500; FR: 14/14; PEEP 5; PS
FiO₂: 30 %

Id: aeropode. CI RPP1.
reid. func. resp.
exerc. terap. indiv.
Acad. Renato M^o de Oliveira

Maria Raimunda de S.
Fisioterapeuta
CRF 1.8479-F
CIC 214.843.904-15

06/10/03

Paciente se intubado e encontra-se em processo de desmame da ventilação com O₂ contínuo a 30%.

conduta: aeropode O/RPP1.
reid. func. resp.
exerc. terap. indiv.

Acad. Flávia Pauletti

Maria Raimunda de S.
Fisioterapeuta
CRF 1.8479-F
CIC 214.843.904-15

06/10/03

Paciente respirando espontaneamente, cupre a realizar aeropode O/RPP1 + exercícios terapêuticos + aer. funcional respiratória.

MBM
SEGURADORA
09 AÇO. 2012

Flávia Pauletti

17/10/03
manhã

Pte respirando espontaneamente c/ auxílio de máscara de Venturi (FiO₂ = 50% a 5 L/min). Encontra-se estável, AP: MV em RPP1 e R.A.

conduta: Personal O/RPP1 + reid. func. resp. + exerc. terap. indiv.
Acad. Cláudia, Dettson

Maria Raimunda de S.
Fisioterapeuta
CRF 1.8479-F
CIC 214.843.904-15

04/10/03

Pte respirando espontaneamente sob O₂ contínuo FiO₂ 50% a 5 L/min com 7 L/min

conduta: aeropode O/RPP1
exerc. terap. indiv.
reid. func. resp.

Acad. Vanessa Lora

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE PACIENTE		Nº DE INSCRIÇÃO																																																					
ORIGEM DO ENCAMINHAMENTO: Hosp. Uicoba		DATA DA CONSULTA: 29/10/05																																																					
DESTINO: U.E. - Macaio		HORA DA CONSULTA:																																																					
NOME DO USUÁRIO: José Maria		BLOCO:	SALA:																																																				
ENDEREÇO: Paulo Jacinto - Lido do Fc.																																																							
NOME DO PROFISSIONAL:																																																							
ESPECIALIDADE:																																																							
MOTIVO: Pate refém acidente de moto, chego descontrolado, sem responder sobre. Não tem mais o sangue de coágulo																																																							
ÚLTIMO TRATAMENTO: o acidente																																																							
USO EXCLUSIVO DO DENTISTA:																																																							
DENTE OU REGIÃO:																																																							
<table border="1"> <tr><td>8</td><td>7</td><td>6</td><td>5</td><td>4</td><td>3</td><td>2</td><td>1</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td></tr> <tr><td>8</td><td>7</td><td>6</td><td>5</td><td>4</td><td>3</td><td>2</td><td>1</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td></tr> </table>		8	7	6	5	4	3	2	1	1	2	3	4	5	6	7	8	8	7	6	5	4	3	2	1	1	2	3	4	5	6	7	8	<table border="1"> <tr><td>V</td><td>IV</td><td>III</td><td>II</td><td>I</td><td>I</td><td>II</td><td>III</td><td>IV</td><td>V</td></tr> <tr><td>V</td><td>IV</td><td>III</td><td>II</td><td>I</td><td>I</td><td>II</td><td>III</td><td>IV</td><td>V</td></tr> </table>		V	IV	III	II	I	I	II	III	IV	V	V	IV	III	II	I	I	II	III	IV	V
8	7	6	5	4	3	2	1	1	2	3	4	5	6	7	8																																								
8	7	6	5	4	3	2	1	1	2	3	4	5	6	7	8																																								
V	IV	III	II	I	I	II	III	IV	V																																														
V	IV	III	II	I	I	II	III	IV	V																																														
DATA: 29/09/05		ASSINATURA: Dr. Magda Viana P. Costa																																																					
Obs.: Em caso de encaminhamento médico ou odontológico usar o verso.																																																							



Nº AIH:

ID:

Nº Prontuário:

DT. INTERNAÇÃO

ORG LOCAL

NOME DO PACIENTE

Yasé Uliana P. Lima

LOGRADOURO

Logoa do Ingo

NÚMERO

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO

Poço das Antas

UF

AL

CEP

57740-000

DT. DE NASCIMENTO

28/07/79

SEXO

M

NOME DO SEGURADO

PIS/PASEP/H IHD

ENFERM.

13

LEITO

08

NUM. C.A.T.

CNPJ

CPF MEDICO SOLICITANTE

87026040430

PROC. SOLICITADO

40200000

CAR. AT

08

DATA DE EMISSÃO

24/09/08

MÉDICO RESPONSÁVEL

Procedimento Autorizado

1-									
2-									
3-									
4-									
5-									

Dias UTI Autorizados

Mês Inic.	Mês Ant.	Mês Atual	Total
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Acompanhante

Dias	Di. Da Autorização	PF do Auditor
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

DITADA

Serviços Profissionais

TIPO	CNPJ/CPF PROFISSIONAL	ATO PROFISSIONAL	TP. ATO	QT ATO	ATO DATA/HF.
01-	4	25001019	07	01	
02-	4	40200000	01	01	
03-	3	92020000	97	02	
04-	8	96001020	21	02	
05-	8	96001038	21	07	
06-	4	37025058	01	01	
07-	3	17018035	15	11	
08-	3	17020034	15	11	
09-	3	17023033	15	11	
10-	3	17023041	15	10	
11-	3	17064040	15	10	
12-	3	17042046	15	10	
13-	3	17016045	15	10	
14-	3	17059046	15	10	
TOTAL	3	17055040	15	10	

MBM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DPV

CPF do Diretor Clínico

Procedimento Realizado

40200000

Especialidade

2

Di. Salda

121003

Diag. Principal

Diag. Secundário

Motivo da cobrança

12

Em caso de Parto

Nº de Nascimento	Vivos	Mortos	Altas	Nº de Saldas	Transf.	Óbitos
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

Este documento é uma cópia do original, assinado digitalmente por NADIA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tjal.jus.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22, sob o número WMAC290702645796 na original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-47.2014.8.02.0001 e código 4A2D0CD.

LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH

UNIDADE

NOME

UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

CÓDIGO/CNPJ

12. 200.259/0002-46

ÓRGÃO EMISSOR

NOME DO CLIENTE

ps. Maria P. Lemos.

ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Lourenço de Aguiar

MUNICÍPIO

Paulo fronto

UF

AL

CEP

DATA NASC.

SEXO

MASC

FEM

CONDIÇÃO

SECUR.

CONJUGE

FILHO

OUTROS DE

57740000

21.05.77

X 1

3

X 2

4

6

8

NOME DO SEGURADO

O mesmo.

PIS/PASEP/Nº INDIVIDUAL

VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

EMPREGADO

EMPREGADOR

AUTÔNOMO

DESEMPREGADO

APOSENTADO

NÃO SEGURADO

CNPJ DA EMPRESA

X 1

2

3

5

7

9

CNPJ DO MÉDICO SOLICITANTE

PROC. SOLICITADO

CART. INT.

DATA EMISSÃO

CPF DO MÉDICO RESP.

ASSINATURA DO MÉDICO RESP.

870260404-30

10.200.000

08

29/09/03

411264244-04

Assinatura

PREENCHER EM CASO DE ACIDENTE DE TRÊNSITO

CAUSA EXTERNA

CNPJ DA SEGURADORA

Nº DO BILHETE

SÉRIE

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente vítima de acidente automobilístico, chegou C/ queixas de dores e escorões por todo corpo.

CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO

584 Risco de vida.

AUTORIZADO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS

Exame físico

DIAGNÓSTICO INICIAL

Politraumático C/ FRA. FRAE

PROCEDIMENTO SOLICITADO

Tratamento intensivo

CLÍNICA

CIRURGIA

OBSTÉTRICA

CL. MÉDICA

X 1

2

3

4

5

7

9

MBM
SEGURADORA

09 AGO. 2012

SINISTRO PRIVAT

ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE (EXAMINADOR)

Assinatura
Cl. Médica - Matrícula

CRM

DATA

3696

29/09/03



SESAU - SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. ARMANDO LAGES

Nome: José Maria P. Lemos
Registro: ~~000000~~ 112363
Data: 29.09.2003



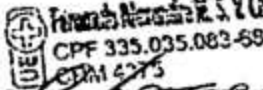
TL de Crânio

Foram realizadas cortes tomográficos da base da crânio por uma de contrastes

- Ventrículo cerebral com coeficiente de tamanho normal.
- Bumpina cerebral com coeficiente de tamanho normal.
- Calcarosidade parcial do sistema quadrigeminal e antrio, com como dos ventrículos laterais.
- Nas há densidade de linha média, adepto na lateral axial.
- Tronco cerebral e fona posterior por este plano.
- Aumento de partes moles na região parietal e temporoparietal direita com adepto com densidade gonosa nos cortes mais inferiores.
- Fratura da estrutura óssea que compõe a parede do seio maxilar direito e nos ossos paranasais.
- Potencial com densidade de partes moles preenchendo o seio maxilar direito e parietalmente o seio maxilar esquerdo.

I.D. Aspecto tomográfico sugestivo de edema cerebral difuso. Hematoma subdural e subarahnóide direito. Enfisema paranasal. Fraturas no seio maxilar direito e nos ossos paranasais. Potencial com densidade de partes moles preenchendo as cavidades dos seios paranasais.

Alcindo Lages





UNIDADE DE EMERGÊNCIA
DR ARMANDO LAGES

SESAU - SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

TOPOGRAFIA COMPUTARIZADA

Nome: José Maria P. Leães id - 24a Reg - 031017
Exame: TC de crânio e controle. Pont - 112183

Laudo:

- Pequena área hiperdensa (hemorragia) e topografia do felto do corpo caloso,
- cerebello e tronco cerebral conservados.
- sistema ventricular sem alterações significativas.

partes.

- Sulcos e cissuras centrais sem alterações.



Assent, 02/10/03



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM 70

SETOR: PACIENTE: *ps. Paulo P. Lemos* REGISTRO: *112165* COMANDA Nº: *13-8* CENTRO DE CUSTO:

SERVICO DE
ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

HORÁRIOS
DE MEDICAMENTOS
PROCEDIMENTOS

CÓD. QUANT. DEV.

DATA *12-10-105* HORA

Paciente ps. Paulo P. Lemos
Em atendimento no ambulatório
consultado Dr. os abriga a boca
Exame de / Hemograma completo
em 2: febre pela manhã
8:00 h

Processo contínuo de Buro
Mexido foneu: Dr. Pedro
Socor + um de novo casto

Além da Buro mexido

SS
[Assinatura]
3-1458

**MBM
SEGURADORA**
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT

CONTROLE DE
ANTIBIÓTICOS

RECEITA
ENTOPERCENTES

ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECIFICOS DOS MEDICAMENTOS:
ENTOPERCENTES, ANTIBIÓTICOS E ALTO CUSTO.

CÓD. QUANT. DEV.

PRODUTO

CÓD.

QUANT.

DEV.

PRODUTO

ABBOCATH Nº 20

ABBOCATH Nº 22

AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.

AGULHA DESC. 25X7

ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml

ATADURA DE CREPON 15 cm

ATADURA DE CREPON 20 cm

ABAXADOR DE LINGUA

BOLSA COLETOR DISSIPADA 2000ml

COMPRESSA DE GAZA 7,5X7,5

CATETER OXIGÊNIO

ELETRODO DESCAR. A.V. 3.

EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL

EQUIPO COM MICROGOTAS

EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM

ESTOJO DE BARBEAR

LÂMINA DE BISTURI

LUVAS ESTERELIZADAS 7,5

LUVAS ESTERELIZADAS 8,0

LUVAS PROCEDIMENTO

POLIFIX 2 VIAS

POLIFIX 4 VIAS

SCALP. 21

SCALP. 23

SCALP. 25

SERINGA DESC. 1ml

SERINGA DESC. 3ml

SERINGA DESC. 5ml

SERINGA DESC. 10ml

SERINGA DESC. 20ml

SONDA URETRAL Nº 10

SONDA URETRAL Nº 12

SONDA URETRAL Nº 14

DESCARTÁVEIS

RECEBIDO

HORA:

DESPACHADO

HORA:

Supervisão Farmacêutica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tjaj.us.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22, sob o número WMAC20702645796. Acesse o site https://www2.tjaj.us.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-47.2014.8.02.0001 e código 4A2D0CF.



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM

COMANDA Nº

SETOR:

PACIENTE:

REGISTRO:

LEITO:

CENTRO DE CUSTO

SERVIÇO DE
ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

HORÁRIOS
DE MEDICAMENTOS
PROCEDIMENTOS

CÓD. QUANT. DEV.

DATA 11/10/2003 HORA

120 dia

Poli-traumática do
Joelho esquerdo

Deserto, algo confuso, afebril, expulso
suor, sede 25. Relato livre.

Solu. salinizadas

Rocéfim 1g 12/12h EV

Quindamicina 600mg 1x8 18h EV

Ofidantal 2ml 8/18 4 EV

Conteúdo no leito.

Dr. Carlos Eugênio Rocha
 Clínica Médica - Pneumologia
 CRM 32812
 CMC 078.218.504-00
 9066 Copacabana

Neurocirurgia (11/10/03)

TC de crânio realizada no dia
02/10/03, sem lesões neurocirúrgicas
alta pela neurocirurgia.

Leandro Augusto Izidoro
 Neurologia/Neurocirurgia
 CRM 33611
 CPF 025.217.2110

**MBM
SEGURODORA**

09 AGO 2012

SINISTRO DPVAT

CONTROLE DE
ANTIBIÓTICOS

RECEITA
ENTOPERCENTES

ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECÍFICOS DOS MEDICAMENTOS:
ENTOPERCENTES, ANTIBIÓTICOS E ALTO CUSTO.

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO	CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			ABBOCATH Nº 20				LUVAS ESTERELIZADAS 7,5
			ABBOCATH Nº 22				LUVAS ESTERELIZADAS 8,0
			AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.				LUVAS PROCEDIMENTO
			AGULHA DESC. 25X7				POLIFIX 2 VIAS
			ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml				POLIFIX 4 VIAS
			ATADURA DE CREPON 15 cm				SCALP. 21
			ATADURA DE CREPON 20 cm				SCALP. 23
			ABAXADOR DE LINGUA				SCALP. 25
			BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml				SERINGA DESC. 1ml
			COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5				SERINGA DESC. 3ml
			CATETER OXIGÊNIO				SERINGA DESC. 5ml
			ELETRODO DESCARTÁVEL				SERINGA DESC. 10ml
			EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL				SERINGA DESC. 20ml
			EQUIPO COM MICROGOTAS				SONDA URETRAL Nº 10
			EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM				SONDA URETRAL Nº 12
			ESTOJO DE BARBEAR				SONDA URETRAL Nº 14
			LÂMINA DE BISTURI				

RECEBIDO

DESPACHADO



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM

SETOR: PACIENTE: *Jonelma P. Barros* REGISTRO: *112163* COMANDA Nº LEITO: CENTRO DE CUSTO:

SERVIÇO DE ENFERMAGEM			PRESCRIÇÃO		HORÁRIOS DE MEDICAMENTOS PROCEDIMENTOS
CÓD.	QUANT.	DEV.	DATA	HORA	
			<i>Poliframing fixado</i> <i>Trama de face. Tratada de</i> <i>seco maxilar com o nariz</i> <i>alto de clínica maxilar</i> <i>Chave de dor no nariz</i> <i>Acompanhamento da base maxilar</i> <i>Seala rotineizado</i> <i>Recebi 12/12/2020</i> <i>Clínica maxilar 007 12/12/2020</i>		
					<i>18-06</i> <i>18-06</i>

Dr. Carlos Eugênio Rocha
 Clínica Médica - Pneumologia
 CRM/AL 1626-2
 CIC 076.218.504-00
 Sócio Cooperado

MBM
SEGURADORA
 09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT

CONTROLE DE ANTIBIÓTICOS ☐

RECEITA ENTOPERCENTES ☐

ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECÍFICOS DOS MEDICAMENTOS ENTOPERCENTES, ANTIBIÓTICOS E ALTO CUSTO.

DESCARTÁVEIS

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO	CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			ABBOCATH Nº 20				LUVAS ESTERELIZADAS 7,5
			ABBOCATH Nº 22				LUVAS ESTERELIZADAS 8,0
			AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.				LUVAS PROCEDIMENTO
			AGULHA DESC. 25X7				POLIFIX 2 VIAS
			ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml				POLIFIX 4 VIAS
			ATADURA DE CREPON 15 cm				SCALP. 21
			ATADURA DE CREPON 20 cm				SCALP. 23
			ABAXADOR DE LINGUA				SCALP. 25
			BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml				SERINGA DESC. 1ml
			COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5				SERINGA DESC. 3ml
			CATETER OXIGÊNIO				SERINGA DESC. 5ml
			ELETRODO DESCARTÁVEL				SERINGA DESC. 10ml
			EQUIPO C/SUSPIRO - INJ. LATERAL				SERINGA DESC. 20ml
			EQUIPO COM MICROGOTAS				SONDA URETRAL Nº 10
			EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM				SONDA URETRAL Nº 12
			ESTOJO DE BARBEAR				SONDA URETRAL Nº 14
			LÂMINA DE BISTURI				

RECEBIDO

DESPACHADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tja.jus.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22, sob o número WMAC20702645796. Confira o original, acesse o site https://www2.tja.jus.br/pastadigital/bg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703865-47.2014.8.02.0001 e código 4A2D0CF.



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM

174

COMANDA N°

SETOR: 045 PACIENTE: José H. P. Lemos REGISTRO: 112163 LEITO: 9 CENTRO DE CUSTO: 10.800

SERVIÇO DE
ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

HORÁRIOS
DE MEDICAMENTOS
PROCEDIMENTOS

CÓD.	QUANT.	DEV.	DATA	HORA
			5, 10, 03	
02	16		1) Dieta enteral	
04	16		2) Rocefin 1g CV 12/12h	
			3) Clindamicina 600 - 16h	
			5651. - 100ml	
02	4		4) Antax - Imp. + Bic. AD (CV)	
			12/12h	
			5) Dipiridone - 2ml CV 50x	
			6) Fisiot. respiratória	
01			7) SFO, 91. - 500 ml CV 8/8h	
03			8) Lexip G 1 dia	
			9) Hidrala - 2ml CV 8/8h	
			10) HCC / oxímido digital	
06	F		11) Hidrocortisona 200mg	
			EU 8/8h	
			12) 5651 - 200ml	
10			Fentanyl 50 ml	
06			Dormanet - 30mg	
			EU	
			13	

CONTROLE DE
ANTIBIÓTICOS

RECEITA
ENTOPERCENTES

ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECÍFICOS DOS MEDICAMENTOS:
ENTOPERCENTES, ANTIBIÓTICOS E ALTO CUSTO.

DESCARTÁVEIS

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO	CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			ABBOCATH N° 20				LUVAS ESTERILIZADAS 8,0
			ABBOCATH N° 22				LUVAS ESTERILIZADAS 8,0
			AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.				LUVAS PROCEDIMENTO
			AGULHA DESC. 25X7				POLIFIX 2 VIAS 09 AGO. 2012
			ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml				POLIFIX 4 VIAS
			ATADURA DE CREPON 15 cm				SCALP. 21
			ATADURA DE CREPON 20 cm				SCALP. 23
			ABAXADOR DE LINGUA				SCALP. 25
			BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml				SERINGA DESC. 1ml
			COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5				SERINGA DESC. 3ml
			CATETER OXIGÊNIO				SERINGA DESC. 5ml
			ELETRODO DESCARTÁVEL				SERINGA DESC. 10ml
			EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL				SERINGA DESC. 20ml
			EQUIPO COM MICROGOTAS				SONDA URETRAL N° 10
			EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM				SONDA URETRAL N° 12
			ESTOJO DE BARBEAR				SONDA URETRAL N° 14
			LÂMINA DE BISTURI				

SINISTRO DPVAT

RECEBIDO
HORA:

DESPACHADO
HORA:

Supervisão Farmacêutica



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM
Nº 175

SETOR: **VI-G** PACIENTE: **Jose Maia** REGISTRO: **112163** COMANDA Nº **UTI**
LEITO: **09** CENTRO DE CUSTO: **10800**

SERVIÇO DE
ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

HORÁRIOS
DE MEDICAMENTOS
PROCEDIMENTOS

CÓD.	QUANT.	DEV.	DATA	HORA
			07/10/03	
			1. Dieta enteral, drg. oral a gosto de	
			2. Soro 45	
02			3. SASSA - 500cp	
02			Kel 19.1h - 7ml	12/12h
02			Amoxicilina - 1000	
02			4. SASSA - 500cp	8/8h
02			5. Amok 500mg - 1cp	12/12h
			AS - 1000	
02			6. Dipirona - 2cp	8/8h
			7. Hidralazina - 2cp	8/8h
			8. NGZ - 5cp	6/6h
			Beatec - 8cp	02
02			9. Piroxicam 1.0cp	12/12h
04 Fato			10. Clindamicina 600mg	6/6h
			AS - 1000	
02			11. Plavix - 1cp	12/12h
			AS - 1000	
			12. Amok suspensão	
			13. Placax 02 unidades 8h	
			14. Monitor cardíaco e oxímetro digital	
			15. Higiene oral clorhexidina 3x/d	

CONTROLE DE
ANTIBIÓTICOS

RECEITA
ENTORPECENTES

Dr. Ubiraci Melo de Almeida
Prescritor
CRM - 3372

ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECÍFICOS DOS MEDICAMENTOS:
ENTORPECENTES, ANTIBIÓTICOS E ALTO CUSTO

ATENÇÃO

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO	CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			ABBOCATH Nº 20				LUVAS ESTERILIZADAS 7
			ABBOCATH Nº 22				LUVAS ESTERILIZADAS 8,0
			AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.				LUVAS PROCEDIMENTO
			AGULHA DESC. 25X7				POLIFIX 2 VIAS
			ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml				POLIFIX 3 VIAS
			ATADURA DE CREPON 15 cm				SCALP. 21
			ATADURA DE CREPON 20 cm				SCALP. 23
			ABAXADOR DE LINGUA				SCALP. 25
			BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml				SERINGA DESC. 1ml
			COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5				SERINGA DESC. 3ml
			CATETER OXIGÊNIO				SERINGA DESC. 5ml
			ELETRODO DESCARTÁVEL				SERINGA DESC. 10ml
			EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL				SERINGA DESC. 20ml
			EQUIPO COM MICROGOTAS				SONDA URETRAL Nº 10
			EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM				SONDA URETRAL Nº 12
			ESTOJO DE BARBEAR				SONDA URETRAL Nº 14
			LÂMINA DE BISTURI				

SINISTRO DPVAT
9 AGO. 2002

RECEBIDO
HORA:

DESPACHADO
HORA:

Supervisão Farmacêutica

SETOR: **U-6** PACIENTE: **Jose Maria** REGISTRO: **112163** COMANDA Nº: **07** CENTRO DE CUSTO: **07**

SERVIÇO DE
ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

HORÁRIOS
DE MEDICAMENTOS
PROCEDIMENTOS

CÓD. QUANT. DEV.

DATA: **07/30/03** HORA: **16h**

16. Fisioterapia Respiratória e eletro
17. Ombros de 07h

Dr. Ubiracy Mello de Almeida
Pneumologia Terapia Intensiva

07/30/03 Pac. demandas, em dieta
Zero.

Mônica Cristina Del Angel Damazo
Farmácia Hospitalar R64-87

18. Haloper 5mg - 1amp - 1amp - 3ml
At 5ml - 1amp - 3ml

Dr. Ubiracy Mello de Almeida
Pneumologia Terapia Intensiva

19. Haloper 500mg 6th

20. 8F - 500mg 6th

scrip. 1/200
scrip. 1/200

CONTROLE DE
ANTIBIÓTICOS

RECEITA
ENTORPECENTES

ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECÍFICOS DE MEDICAMENTOS:
ENTORPECENTES, ANTIBIÓTICOS, CUSTO.

DESCARTÁVEIS

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			ABBOCATH Nº 20
			ABBOCATH Nº 22
			AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.
			AGULHA DESC. 25X7
			ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml
			ATADURA DE CREPON 15 cm
			ATADURA DE CREPON 20 cm
			ABAXADOR DE LINGUA
			BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml
			COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5
			CATETER OXIGÊNIO
			ELETRODO DESCARTÁVEL
			EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL
			EQUIPO COM MICROGOTAS
			EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM
			ESTOJO DE BARBEAR
			LÂMINA DE BISTURI

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			LUVAS ESTERELIZADAS 7,5
			LUVAS ESTERELIZADAS 8,0
			LUVAS PROCEDIMENTO
			POLIFIX 2 VIAS
			POLIFIX 4 VIAS
			SCALP. 21
			SCALP. 23
			SCALP. 25
			SERINGA DESC. 1ml
			SERINGA DESC. 3ml
			SERINGA DESC. 5ml
			SERINGA DESC. 10ml
			SERINGA DESC. 20ml
			SONDA URETRAL Nº 10
			SONDA URETRAL Nº 12
			SONDA URETRAL Nº 14

MBM
SELO ADORADA
PRODUTO 2012
SINISTRO DPVAT

RECEBIDO
HORA:

DESPACHADO
HORA:



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM

SETOR: **UTI** PACIENTE: **José Maria P. Bemos** REGISTRO: **110163** COMANDA N°: **09** CENTRO DE CUSTO: **10800**

SERVIÇO DE ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

HORÁRIOS DE MEDICAMENTOS PROCEDIMENTOS

CÓD.	QUANT.	DEV.	DATA 02/10/03 - HORA
			1 - Dieta enteral
			2 - SG 5% - 500ml EV de 818h
			3 - SRV - 500ml EV de 818h
F	02	D3	4 - Ropirin 1g EV de 1212h
		D3	5 - SG 5% - 500ml
✓	04		6 - Clindamicina 600mg EV de 616h
✓	03		7 - Hidantal 3ml EV de 818h
✓	02		8 - Antax 50mg + AD 18ml EV de 1212h
✓	03		9 - Phosmet 3amp + 8ml AD EV 818h
✓	04		10 - Dipiridona 2ml EV S.O.S.
			11 - Ventilação mecânica
			12 - Fisioterapia respiratória
			13 - Monitorização cardíaca
			14 - Oximetria digital
			15 - Cuidados mínimos

Assinado Jampa-D 3336

VIRE = 7

MBM
SEGURADORA
 09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMEIRAGEM

SETOR: PACIENTE: psí. Marco REGISTRO: 112163 COMANDA Nº UTI
LEITO: 09 CENTRO DE CUST: 10800

SERVICO DE
ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

DATA 29, 09, 03 HORA

HORÁRIOS
DE MEDICAMENTOS
PROCEDIMENTOS

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRESCRIÇÃO	HORÁRIOS DE MEDICAMENTOS PROCEDIMENTOS
			① Dieta zero + SNG aberta	
	03		② SG 5% - 500ml	500
	03		Natl 20% - 10 ml	500
	03		Kcl 19,1% - 10 ml	50
	03		③ SRL 500 ml EV 8/8h	50
	01		④ SG 5% - 200ml	500
	05		Fentonal 50ml	500
	03		Damamid 3 amps	500
	03		⑤ Midantal 2ml EV 8/8h	500
	03		⑥ Plamet + AD EV 8/8h	500
			⑦ Diprisona 2ml EV SOS	500
	02		⑧ Antak + AD EV 12/12h	500
			⑨ Vent. Mecanica (O2 + O1 comp.)	500
			⑩ Monitor + Oxiômetro	500
			⑪ 1st. respirator	500
			⑫ Cuidados Integrais	500
	04		⑬ SG 5% - 100ml	500
			⑭ Clendomicina 600	500
			⑮ S.F. a1,5% - 500ml	500
			⑯ Raxel 1g (EV) 12/12h	500
			⑰ Amicacina 500mg	500
			⑱ S.F. a1,5% - 100ml	500

CONTROLE DE
ANTIBIÓTICOS

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO	CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			ABBOCATH Nº 20		06		LUVAS ESTERILIZADAS 2012
			ABBOCATH Nº 22		06		LUVAS ESTERILIZADAS 8,0
			AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.		02		LUVAS PROCEDIMENTO
			AGULHA DESC. 25X7				POLIFIX 2 VIAS
			ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml				POLIFIX 4 VIAS
			ATADURA DE CREPON 15 cm				SCALP. 21
			ATADURA DE CREPON 20 cm				SCALP. 23
			ABAXADOR DE LINGUA				SCALP. 25
	30		BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml		02		SERINGA DESC. 1ml
			COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5		06		SERINGA DESC. 3ml
	05		CATETER OXIGÊNIO		06		SERINGA DESC. 5ml
			ELETRODO DESCARTÁVEL		06		SERINGA DESC. 10ml
			EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL		06		SERINGA DESC. 20ml
	02		EQUIPO COM MICROGOTAS				SONDA URETRAL Nº 10
			EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM				SONDA URETRAL Nº 12
			ESTOJO DE BARBEAR				SONDA URETRAL Nº 14
			LÂMINA DE BISTURI		02		caçavane adulto
					02		lureta

RECEBIDO
HORA:

DESPACHADO
HORA:

Supervisão Farmacêutica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.ijal.us.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22:22 sob o número WMAC2070264596. Para conferir o original, acesse o site https://www2.ijal.us.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-47.2014.8.02.0001 e código 4420004.



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM

SETOR: PACIENTE: Yose Mario P. Lemos REGISTRO: 112163 COMANDA Nº: 08 CENTRO DE CUSTO: 10800

SERVIÇO DE ENFERMAGEM: DATA: 30/08/03 HORA: 14

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRESCRIÇÃO	HORÁRIOS DE MEDICAMENTOS PROCEDIMENTOS
			1) Dieta zero + SNG aberta	
02			2) S.G. 5% - 500ml (EV)	14 - 12 - 16
06			NaCl 0.9% - 20ml / 8/8h	500 - 500 - 500
03			Kel 0.1% - 10ml	20 - 20 - 20
04			3) Ringer Lactato 500ml (EV) 6/6h	10 - 10 - 10
03			4) Hidantal 2ml (EV) 8/8h	300 - 500 - 500 - 500
03			5) Plamet 1amp. - (EV) lento	14 - 22 - 06
03			Água dest 10ml / 8/8h	14 - 22 - 06
			6) Dipirona 2ml (EV) SNG até 6/6h	
03			7) Antak 50mg - (EV) lento	505
03			Água dest 18ml / 8/8h	14 - 22 - 06
			8) Ventilação mecânica	OK
			9) Monitorização cardíaca	OK
			10) Oximetria digital	OK
			11) Fisioterapia Respiratória	OK
04			12) Clindamicina 600mg (EV)	12 - 18 - 24 - 06
04			S.F. 0.9% - 100ml / 6/6h	Falta
02			13) Rocelín 1g (EV) 12/12h	18 - 06
			14) SRL - 500mg EV 12/12h	505
			15) Dormanid 1amp EV	7/10 23:55
			16) Haloscizina 500mg EV	

CONTROLE DE ANTIBIÓTICOS ☐ RECEITA ENTORPECENTES ☐ ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECÍFICOS DOS MEDICAMENTOS ENTORPECENTES, ANTIBIÓTICOS E ALTO CUSTO

CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO	CÓD.	QUANT.	DEV.	PRODUTO
			ABBOCATH Nº 20				LUVAS ESTERELIZADAS 8.0
			ABBOCATH Nº 22				LUVAS ESTERELIZADAS 8.0
			AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.				LUVAS PROCEDIMENTOS 9 AGO. 2012
			AGULHA DESC. 25X7				POLIFIX 2 VIAS
			ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml				POLIFIX 4 VIAS
			ATADURA DE CREPON 15 cm				SCALP. 21
			ATADURA DE CREPON 20 cm				SCALP. 23
			ABAXADOR DE LINGUA				SCALP. 25
			BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml				SERINGA DESC. 1ml
			COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5				SERINGA DESC. 3ml
			CATETER OXIGÊNIO				SERINGA DESC. 5ml
			ELETRODO DESCARTÁVEL				SERINGA DESC. 10ml
			EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL				SERINGA DESC. 20ml
			EQUIPO COM MICROGOTAS				SONDA URETRAL Nº 10
			EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM				SONDA URETRAL Nº 12
			ESTOJO DE BARBEAR				SONDA URETRAL Nº 14
			LÂMINA DE BISTURI				

RECEBIDO HORA: DESPACHADO HORA:

Supervisão Farmacêutica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WANDERLEY DE MELO e www2.tjal.jus.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22, sob o número WMAC29070264596. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-47.2014.8.02.0001 e código 4A2D0D4.



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

FOLHA DE FARMÁCIA, PRESCRIÇÃO
MÉDICA E ENFERMAGEM

SETOR:

PACIENTE:

José Maria P. Leivas

REGISTRO:

112163

COMANDA Nº

LEITO:

09

CENTRO DE CUSTO

10800

SERVIÇO DE
ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO

DATA 02, 10, 03 HORA

CÓD. QUANT. DEV.
R 02
A 10
F 06

SFO, 9% - 200ml
Fentanyl - 50mg EV
Domicil - 15mg - 3mg BI 10mg/l

HORÁRIOS
DE MEDICAMENTOS
PROCEDIMENTOS

9:00
5:00
8

605 74 1103
110 - 1103
SIR M. F. de M. A. L.

Enfermeira
11/12/2020

MBM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT

CONTROLE DE
ANTIBIÓTICOS

RECEITA
ENTOPERCENTES

ANEXAR RECEITUÁRIOS ESPECÍFICOS DOS MEDICAMENTOS:
ENTOPERCENTES, ANTIBIÓTICOS E ALTO CUSTO.

CÓD. QUANT. DEV. PRODUTO

CÓD. QUANT. DEV. PRODUTO

ABBOCATH Nº 20
ABBOCATH Nº 22
AGULHA DESC. 13X4,5 Insul.
AGULHA DESC. 25X7
ÁGUA DESTILADA AMP. 10 ml
ATADURA DE CREPON 15 cm
ATADURA DE CREPON 20 cm
ABAXADOR DE LINGUA
BOLSA COLETOR DE URINA 2000ml
COMPRESSA DE GAZE EST. 7,5X7,5
CATETER OXIGÊNIO
ELETRODO DESCARTÁVEL
EQUIPO C/ SUSPIRO - INJ. LATERAL
EQUIPO COM MICROGOTAS
EQUIPO COM MACROGOTAS COMUM
ESTOJO DE BARBEAR
LÂMINA DE BISTURI

LUVAS ESTERELIZADAS 7,5
LUVAS ESTERELIZADAS 8,0
LUVAS PROCEDIMENTO
POLIFIX 2 VIAS
POLIFIX 4 VIAS
SCALP. 21
SCALP. 23
SCALP. 25
SERINGA DESC. 1ml
SERINGA DESC. 3ml
SERINGA DESC. 5ml
SERINGA DESC. 10ml
SERINGA DESC. 20ml
SONDA URETRAL Nº 10
SONDA URETRAL Nº 12
SONDA URETRAL Nº 14

DESCARTÁVEIS

RECEBIDO

HORA:

DESPACHADO

HORA:

Supervisão Farmacêutica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tjaj.jus.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:24. Sob o número WMAC20702665796. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjaj.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-7-2014-8-02-0001 e código 4A2D0D4.

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME: Joní Nana

LEITO: 09

SETOR:

IDADE:

REGISTRO:

DATA/HORA

EVOLUÇÃO

07/10/05

4h

3º axila do UT

TCE fechada

D8. Rocrim

D8. clindamicina

Paciente segue monitorando espontaneamente sob
auxílio de máscara de O2. Hemodinâmica
estável e drogas vasopressoras. mm (+) por
srb.

glaucosa = 14

to exame: estado geral comprometido
cuidado com a, auscultado, amarelado (+ + 14 +),
acanditico, amarelado, cistite

ACV: RCR, 2T BTF TC = 60mm PA = 140 x 80

AR: NY (+) e RA

ABD: fôlego, RHD (+)

EXT: e calmar

+ Ca: mantida

Fabiano M. Albuquerque
Med. Interna / Toxicologia
CRIMIAL 3542

**MEM
SEGURADORA**
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT

Plano de tratamento
Paciente ainda respondendo
tratamento. Hemograma e D
hemur - 1500
estável por
ABD fôlego e RHD

Luiz Cláudio
Ferreira
CRIMIAL 3542

7/10/03 Plantas deitadas
22h05min

Paciente acordado, ventilando espontaneamente, por máscara de O₂, afebril, hidratado, mucosas acinzentadas, hemodinamicamente estável; Haux grella de dentes minúsculos. Agitados.

AC - RCH Hgum, BNT, sen sigm

PR pulsozes livres

Abdomen - flácido, Roto (+)

Extremidades - deficit motor (9)

(megomina bexiga)

AOV - diurese concentrada.

conduta: fazer volume e Haloperidol

08/10/03
 10h

10º dia de UTI.
 Pós trauma
 TCE fechado

Em uso de: Rocefin + Clinda - 12g.
 * Extubado 06/10.

Pós: evoluiu favoravelmente, ventilando espontaneamente em ar ambiente, com bom padrão respiratório. Hemodinamicamente estável; afébril, com débito urinário.

Deficit motor a D & C (hemiplegia); atende a comandos verbais.

AC: RCH em 2º

AT: MLC em ATT, MRO.

Abdomen: MRC moléculo, RHO (+)

Ext: Edema; perfusão OK.

08: C. Alta da UTI.



Dr. Paulo Sérgio da S. Gomes
 Intensivista
 CRMAL 4119 CPF 88842544-49

05/10/03
13:58h

* Parâmetro clínico
* 6º dia de internamento no IM
* Febre intermitente
* TGO elevado

Edema central
Rept/Golc suaves, entorpecidos, ventriculo com aumento do tamanho
alveolar, acúmulo de secreções, mucosa mucosa hiperemática (+/-), hiperóticas
Pupila mionica, bitemporal.

em um 2º dia de internamento no IM, após 12h de internamento

Admissão em UTI com exames de sangue

Admissão: Hemograma normal, coagulograma normal

Admissão: 2º dia de internamento, exames de sangue

Admissão: exames de sangue

Admissão: exames de sangue



Dr. Adonir R. Farias
Cardiologia - Terapia Intensiva
CRM 3.723 AL

05/10/03

20:30h

Paciente que evoluiu com DORNOID + FENITRIL
em 2º dia de internamento, hemodinamicamente estável
na desca vasodilatada, se peca febris.

Conteúdo em VM (SIMV, VC=440, FI=52, FE=14(14),
Peep = 7, FiO2 = 60%.

Em uso de: Rocafin + Clindamicina - 26.

Adm: ROR em 25.

Adm: MVO am 24h, SIKO.

Abdome: Plano, normotenso, RHO (+) e diminuído

Ext: SI edema, perfusão ok.

Adm: Solicitado de química plasmática

Adm

Colhido gás:

PH = 7.49

PCO2 = 37

PO2 = 312

SO2 = 100%

HCO3 = 28

BE = 5

Adm: VC = 500 + FiO2 = 40% + Peep = 5

Dr. Carlos Sérgio da S. Góes
Intensivista
CRM-AL 4119 CPF 888426494-49

MBM
SEGURADORA

09 AGO. 2012

SINISTRO DPVAT





SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **Unidade de Emergência Dr. Armando Lages**

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME: Foré Maria P. Leiva LEITO: _____
 SETOR: _____ IDADE: _____ REGISTRO: _____

DATA/HORA	EVOLUÇÃO
06/10/03	Neuro Paciente sedado, sob ventilação mecânica. Atividade ocular em resposta verbal. Sem sinais focais. Ed. Pélvica pedante p/ iniciar demora Dr. Leandro P. Ribeiro Neurocirurgião CRM-AL 4117
06/10/03 8h	# 72 hrs em UTI # TEE pedante → edema cerebral # 17 Ropiv # de ndamianar Paciente segue a vida (resposta, no, 01 hora). Hemodinâmica estável a drogas vasoativas. em tubado. em ventilação mecânica. mmHg (+) ele- ra. Apnéia. Ao exame: afeito qual comprometido afe- roso, Glasgow = 10 (aberto 1+1/4+) anedônico desconforto parietal, anedônico, agitado ACV: RCE 2T RTF RC = 100% PH = 120 X 80 mmHg AC: MV (+) M. RN SNT: PND, KHD (+) EXT: N. admm ↳ Col. Glândula anexa sem sinais de inflamação (1) Mx no nível superior (2) Tm no pedante durante ventilação SNT = (+) 78 ml / 24 h MBM SEGURADORA 09 AGO. 2012 SINISTRO DPVAT Fabiane M. Albuquerque Med. Intern. / Hematologia CRM/AL 3082
12h	Unio 1X000 110 = 12,9 unio = 16,900 km = 04 mg = 18 pla = 577000 U = 34 cv = 1,05 qm = 12 # de. mantida

Fabiane M. Albuquerque
 Med. Intern. / Hematologia
 CRM/AL 3082

6/10/03
15h30min

Planta Vespertina - 22.05.2011
+13 = 1 € fechada + 3/4 + 1 Va
— Memória expiração (la
— Ventilação fechada

Paciente perolento, despertado agitado, respirando espontaneamente extremidades flexionadas, hidratis, pernoso, acido urico, amarello. Vegetas com o K₂FO (+).

PC \rightarrow RLL 2. Turing, BNF de- sym
B Max Counte \rightarrow C. h

$P_A = 120 \times 10^6 \text{ counts}$

Alkylamine - R-NH_2 , R-NH-R , R-N(R)-R , R-N(R)-R , R-N(R)-R

Dec 11 1961

Condiente: baliza extinguida
observo:

Dr Ubiracy de Almeida
Pneumologia - Infecto-Imunologia
CRM - AL 3372

224 Estudando gase, porém q melhora
do quadro, apênd, esteve, represent
exponções, atendendo as solicitações.
C.d = n.p.f.

Koma 3321

MBM
SEGURO
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **Unidade de Emergência Dr. Armando Lages**

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME: João M. P. Lages LEITO: 09
 SETOR: 10.800 IDADE: REGISTRO: 112165

DATA/HORA	EVOLUÇÃO
02/10/03	F 3 ^o dia de VM TCE - SWelby Recepi: Clindamicina
20.00	No momento: quadro clínico em alívio em ventilação mecânica, e sem hemodinâmica instável; condut - de tect
03/10/03	2 ^a - 3 ^a dia de VM Peritórax TCE fechado SWelby Com uso de: { Recepi { Clindamicina } 24
	No momento: quadro contínuo dormindo + FENTONIL 20 ml/h, apnéia (ontem 4 picos de 38°C) entubado em VM, hemodinamicamente estável. DO = 800ml/h
	Dev: Ror em 2 ^a AP: MV(+) em 2 ^a , 12 RD Arterial: Flacido, RHP(+) Ext: Si edema, perfusão ok.
	Ad: Val. prescção. Obs: Colhido gaso ao tol → P ₁₂ = 7,52 P _{CO2} = 33 P _{O2} = 131 J _{O2} = 49% H _{CO3} = 26 ABE = 4
03/10/03	Ed: + F _{IO2} 50% - 0 35/propes. Dr. Carlos Soares de S. G. G. Intensivista CRM 14119, CPF 688426494-49
16.30h	paciente reativo, com respostas ventilatórias estável hemodinamicamente. R: R 25 PR = 110x7mmHg S: 110x70mmHg

3:20:504
10
03

Wanderley Wanderley:
+ Politraumático
= TCE

Grave; acido, entubado, em ventilação
Mecânica modo SIMV e $FIO_2 = 35\%$ e $SAO_2 (?)$
Sedado, pupilas reativas; EspO₂; lipólise de pele
AC: 120/70 mmHg - FC: 90bpm
M: 140/90 - 1 ml/kg no minuto
Adrenais: plano, flácido, úmido (?)
Abd: fômites neg; dmp 0;
Extremidades: com edema



cf. dicto per
Márcio Almeida

04.10.03
8h 50'

+ 6º dia de UTI
+ Politraumático
TCE fechado
+ 5º dia de oxipirin / clindamicina

Paciente evolui estável, sem drogas vasoativas
e sem sedação. Monitorado, hidratado, apnéico, em
ventilação mecânica (em processo de desmame).

ACV: RCZ em 2T 15 R: 95bpm PA: 140/80mmHg
AP: MURMUR com ruídos discretos
Abd: Plano, macio, sem visceromegalia
Ext: sem edemas, perfusão de.
Col: úmido - prescrição
- desmame do respirador.

Peixoto
Siva



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Unidade de Emergência Dr. Armando Lages

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME: psr Maria P Lemos LEITO: _____
SETOR: _____ IDADE: _____ REGISTRO: _____

DATA/HORA	EVOLUÇÃO
29/09/03	<p># ADMISSÃO #</p> <p>Paciente vítima de acidente de moto, chega na UTE c/ escala de coma de Glasgow 7, Desconscito (++)/4+), pupilo dilatado RER em 2T, laqueadura MU+ c/ roncoss difusos Abd. flácido.</p> <p>Gledemas</p> <p>Pupilas isocóricas, fotoreagentes</p> <p>Ed. Sclerót ET crânio, labiais</p> <p>Rx torax</p>
29/9/03	<p>Paciente intubado, reagindo aos estímulos, transportado p/ Tomografia acompanhado da anestesia e equipe da Tomografia, realizado CT de crânio s/ contraste sem anormalidades.</p>
29/09/03	<p>- Níveis -</p> <p>crânio sem lesão intracraniana</p> <p>apresenta natureza de focos.</p>

solicito avaliação do Zucamoto
cd. manilha.

Carla C. B. Almeida
Neurologa
CRM 105.424

MEM
SEGURADORA

09 AGO. 2012

SINISTRO DPVA

Enfermeiro
COREN 48.515

29/08/03

Evolução noturna

fls. 194

Sob sedação contínua com fentanil e clonidina
pupilas isocóricas

AR = Entubado, em ventilação mecânica, acianótico

$FiO_2 = 60\%$, $FR = 16/16$, $VE = 430$, A/E

MV presente. Sem adventícios

ACV = RCR em 2T. $FC = 88 \text{ bpm}$ $PA = 110 \times 60 \text{ mmHg}$

Manten febre $38,5^\circ \text{C}$

Leuc = ?

Abdomen = Normotenso

Conduta = Solicito exames laboratoriais.
Hidratação.



29/09/03

C.T.B.M.F.

Paciente apresenta-se com Fraturas
do Malar e Nasal + esclerose na hemiface D.
Sendo o mesmo submetido a Tratamento
cirúrgico das reduções das Fraturas após
alta geral (No Hospital Ortopédico)

Dr. Márcio José Souto
Cirurgião Bucal - Cir. Facial

300903

Paciente estável hemodinamicamente, ventilando
mecanicamente.


RCR 20, 10

MV 16/16

AdD

7 mD

Arterial

 $PO_2 = 300 \text{ mmHg}$ (PR)

Hemato/urina alguns fins finos

Col: 4 entudo



29/08/03

Evolução noturna

fls. 195

Sob sedação contínua com fentanil e dormem.
pupilas isocóricas

AR = Entubado, em ventilação mecânica, acianótico

$FiO_2 = 60\%$, $FR = 16/16$, $VE = 430$, A/E.

MV presente. Sem adventícios.

ACV = RCR em 2T. $FC = 88 \text{ bpm}$ $PA = 110 \times 60 \text{ mmHg}$

Manten febre $38,5^\circ \text{C}$

Leuc = 9

Abdomen = Normotenso

Conduta = Solicite exames laboratoriais.
Hidratação.



29/09/03

C.T.B.M.F.

Paciente apresenta-se com Fraturas
do Húmero e Rádio + ulna à via humeral p.
sendo o mesmo submetido a Fractura
cirúrgica das reduções das Fraturas após
alta geral (No Hospital ortopédico)

Dr. Márcio José Souto
Clínica Geral - Rio Fertil



300903

Paciente estável hemodinamicamente, ventilando
mecanicamente.

RCR 20, 10

MV 20, 10

Ad 20

7m 20

Unid

~~RCR~~ $RCR = 200 \text{ ml (2L)}$

Hemato/infus alguns fins fisio

C. I. L. S. S.

01/10/03

8:20'

3º dia UTK

+CE (Suckling)

Gauche gran sã ventilação mecânica, sã
afetada - hidratada, mucosas coradas e úmidas.
transm de force com edema.

Pulmões: HV ⊕ rãos rãos em AT.

Coracã: RR 21 e BAR

Abdomen: plano - flãido R+ ⊕

diurese ⊕

H.H.I. - Stãtãce

conduta: Diminuir Stãce

Dr. Argentina L. Chagas
Clínica Médica
CRM 02307-5107

01/10/03 Plantas Noturno

pac em GEC, feminino, ventilação no pulmão, transmembrana
plãvel sem dãos rãos, apãvel, arãvel, arãvel, arãvel, arãvel,
marãvel, apãvel.

Aer - RR 21, Suf 1A - J40180

AE - mãh, em DHT

End - rãos, rãos

Ext - Suf rãos, Suf rãos.

cd: manãvel

Obãce jump.

MEM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT

02/10/03 Plantas Diurno

3º dia de UTI

TCE - Braun Suckling //

Rocefin + Chindamincin ⇒ ATB

→ Sinais vitais: FC 98, PA 120/80, T: 37.6

Pãce +

29/09/03

Evolução rotineira

fls. 197

Sob sedação contínua com fentanil e dormem.
pupilas isocóricas

AR = Entubado, em ventilação mecânica, acianótico

$FiO_2 = 60\%$, $FR = 16/26$, $VE = 430$, A/E -

MV presente. Sem adventícios

$ACV = RCR$ em 2T. $FC = 88 bpm$ $PA = 110 \times 60 mmHg$

Manten febre $38,5^\circ C$

Leuc = ?

Abdomen = Normotenso

Conduta = Solicito exames laboratoriais.
Hidratação.



29/09/03

C.T.B.M.F.

Paciente apresenta-se com Fraturas
do Húmero e Músculo + escura na região da
devido o mesmo submeter-se a Fractura
cirúrgica das regiões das Fraturas após
alta geral (No Hospital ortopédico)

Dr. Márcio José Souto
Clínica Geral - U.S. Farol



300903

Paciente está em ventilação mecânica.

$FC = 20$, 10

$mv \odot$ $1/17$

$add \odot$

$nm \odot$

Unid

$200 ml (2L)$

Hemato/infus. alguns fins fisio

C. 1. 1. 1. 1. 1.



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Unidade de Emergência Dr. Armando Lages

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME: José Maria LEITO: 09
SETOR: UTI IDADE: 24 anos REGISTRO: 112163

DATA/HORA	EVOLUÇÃO
30/09/03	
17:55h	Paciente grave int. ventilado mecânico - sedado - sedado - hidratado - micção espontânea - perfusão adequada e foleto azul - foleto azul + roxo.
	Pulmões: RPT poucos em SRT
	Coracao: RPT BK
	Medulas: plano - foleto 4500
	diurese 0
	HR 120 - 81 alt. utero
	loudista: macula 0
30/09/03	Planta Noturno +
	→ 2º dia UTI
	→ TCE - Sução
	PA = 110x70 DT = 0f D - 500 ml / 12 h.
	S: claro - intermitente
	Imunoss - 0 Antib Rrefin + Amoxicilina
	* Paciente em ventilação mecânica RPT, hemodinamicamente estável e sem sinais de choque nas últimas horas.
	Descolado, hidratado.
	RPT em 2T
	MU + com granos nos lóbulos
	Alto foleto
	3 dias
	SVC - pupilas vasculares, foleto azul, resgo a dor
	Colapso desmame vent. mecânica

@ Paciente Acesso
venoso central / inter

Dr. Agente Antonio Barro
Médica - Nefrologia
CRM 3496 - AL

Dr. Argentina L. Chagas
Chagas Médica
CRM 02307 - AL



01/10/03
8:20'

30 dia. UTI
+ CR (Suckling)

Pauze gran set ventricul mecânico, sedado
afetado - hidratado, mucosas coradas e úmidas.
trauma de face com edema.

Pulmões: HV ⊕ raras poucas em AWT

Coração: RRE-1 e BNR

Abdomen: plano, fígado R+ ⊕

Lúmen ⊕

HILX: estabilidade

Acidemia: Diminuída de 8.0

Dr. Argentina L. Chagas
Clínica Médica
CRM 02307-5107

01/10/03 Plantão Noturno

Pac em GEC, feminino, ventilando no pulmão S, hemodinamicamente
estável sem alterações, apnéia, anacido, anurico, anidêmico,
manchado, apnéia.

Aer - FLE-U, BNF 1A - J40180

AE - MCH, em DHT 12A

End - Pneu, fígado

Ext - Sem traumas, boa perfusão

cd: mancha

Boa perfusão

MBM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT

02/10/03 Plantão Diurno
8:30

30 dia de UTI

TCE - Braun Suckling //

Rocefin + Clindamicina ⇒ ATB

→ Sinais Vitais: FC: 98 - PA: 120/80 - T: 37,2

Paciente

01/10/03

8:20'

3º dia UTI

TCC (Suckling)

fls. 200

Pauze gram sol-entibacif mecano, sedas
afelsif- hidratada, mucosas coradas e acedas.
traum de force com edica.

Pulmoes: HV E raxon raxon em AAT

Brachy: ZR-1 e BAK

Albucen. plano folic. R+D

diure E

HIZI- Statitacof

claudata: Diminui didacof

Dr. Argentina L. Chagas
Clinica Médica
CRM 02307-SP

01/10/03 Plantas Noturno

Pac au 660, feminino, ventando mo uelir S, humedum meca meca
plave pem duces xoutix, apvel, anucelo, anucito, anucito,
marcado, apvel.

Aer- ZR-1, BAF TA- J40180

AE- muh, au DHT P 12A

Brachy- paxu, fando

Ent- Bux + dux, coa perpxu.

ed: mancha

Buene jumpu.

MBM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DPVAT

02/10/03 Plantas Diurno

30

3º dia de UTI

TCC Bux suckling / 1

Roerfin + Chindamiruz => ATB

→ Sinais Vitais FC: 98 PR: 120/80 T: 37.0

Paxu



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **Unidade de Emergência Dr. Armando Lages**

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME: Jose do R. Lemos LEITO: 09
 SETOR: UTI IDADE: 24 a REGISTRO: 11.02.163

DATA/HORA	EVOLUÇÃO
29/09/03 09:30	Pac. admitida, entrar Unidade para submeter-se a tratamento médico, encontra-se em estado grave respirando com aux de ventilação mecânica, o mesmo foi entubado neste setor. No momento encontra-se em estado grave.
11/10/03 14:30	Passado o período de internamento, realizado CT de crânio ao 11:00. Foi realizada cateterismo nazogástrico com sonda nº 18 aberta e higiene oral - Liane.
30/09/03 08:00	Paciente com estado grave, entubado respirando mecanicamente, sonda naso-gástrica em posição adequada, sem refluxo peristáltico e sonda vesical de Foley. Realizada higiene oral e banho no leito.
30/09/03 26:30	Pac. grave respirando com aux de ventilação mecânica, em ventilação por via periférica. Sonda nasal e nazogástrica. Realizado higiene oral. E todos os cuidados de enfermagem. Tensão 95406.
01/10/03 9:30	Pac. continua respirando com aux de ventilação mecânica. Realizada higiene oral, banho no leito, higiene oral, curativo oral e escova de dentes, oral higiene, acena bilílica de aspecto melhorado. Tensão 95406.
16:00	ECG, em RM por TOT, SSVU dentro do limite de normalidade, diurese em bom volume. Eubolia.
22:30	Evacuando o intestino, instalada a sonda de nutrição por sonda de nutrição, sonda de nutrição.
	Paciente entubado em ventilação mecânica, sonda peristáltica por punção de subclávia, realizado banho no leito.
02/10/03 14h	Entubado em ventilação mecânica, em ventilação por subclávia direita SNG em posição adequada, sonda vesical com diurese presente monitorizada. Realizada higiene oral com bicarbonato de sódio aspirado, realizada mudança de decúbito. Estudante de Enl. Liane.
04/10/03 14:30	Pac. em estado grave com aux de ventilação mecânica, sonda de nutrição, sonda de nutrição.

MIBM
SEGURADORA

09 AGO. 2012

SINISTRO DPVAT



NOTA DE DÉBITO - SUS
FISIOTERAPIA RESPIRATORIA

fls. 205

UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMARMANDO LAGES

NOME: Jose' Maria P Lemos SEXO: M IDADE: _____

SETOR: Enfermaria REGISTRO: _____

PERÍODO DE: 12/10/03 A 1/1/04 TOTAL DE DIAS: _____

CÓDIGO	PROCEDIMENTOS	PONTOS	SESSÕES	TOTAL DE PONTOS
23.004.029	AEROS C/ RPPT	08		
23.005.025	AEROS S/ RPPT	04		
23.006.021	REED FUNC. RESP.	14		
10.001.018	EXERC. TERP. IND.	02		
10.001.026	CRIOTERAPIA	02		
10.003.010	MASS OT. MANUAL	02		

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES
MACEIÓ - ALAGOAS



MBM
SEGURADORA

09 AGO. 2012

SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA PULMONAR

SINISTRO DPVAT

NOME: JOSE MARIA P. LEMOS SEXO: M IDADE: 34 ANOS

SETOR: UTI REG.: 112163

JUSTIFICATIVA: TCE



DATA: 29/10/03

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Dr. Leticia Nogueira
Fisioterapeuta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tjal.jus.br, protocolado em 14/12/2020 às 20:22, sob o número WMAC20702645796. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703265-47.2014.8.02.0001 e código 4A2D0E2.



SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Unidade de Emergência Dr. Armando Lages

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME:	Jose Maria P. Lemos	LEITO:
SETOR:	IDADE:	REGISTRO:

DATA/HORA	EVOLUÇÃO
12/10/03 Diurno	<p>Paciente vítima de politraumatismo. Encontra-se sem déficit motor em MMSS e MMII. Pte confuso, agitado sem responder a estímulos de forma adequada. AP= MV (+) em AHT de modo adequado em bases.</p> <p>conduta: Recol furc. resp. (manobras e patches respiratórios)</p> <p>Posicionamento</p> <p>Oximetrias</p> <p>acaa. Vanessa Lobo</p> <p>110 G10</p>
1340.03 Dx NHA	<p>Paciente desperto respondendo aos comandos verbais "alvo confuso", relatando tontura ao deambular. AP= MV (+) e sem lsc.</p> <p>Conduta: Recol furc. respiratórios</p> <p>Oximetrias</p> <p>fe</p>

FISIOTERAPIA



AVALIAÇÃO DA FISIOTERAPIA - EVOLUÇÃO

NOME: João M. P. Gomes

REGISTRO: 112163

ENDEREÇO: _____

LEITO: _____

DIAGNÓSTICO: ACE

IDADE: _____

DATA	HORA	EVOLUÇÃO DE FISIOTERAPIA
01/10/03	Noite	Respiração espontânea e espontânea Realizado arbor STPPK Realizado arbor STPPK Realizado arbor STPPK
08/10/03	manhã	Paciente em E6H, um pouco desorientado, em respirações espontâneas e AP: imutem AP: 51/68. Pd.: aerossol. 51 APP 1. Real. pulm. resp. Exerc. terap. indiv. Aval. final M. de Oliveira Bridy
08/10/03	Tarde	Paciente em respirações espontâneas Pacientes cooperativos conduta: Aerossol sem APP 1. Real. pulm. respiratório Exerc. Terap. individuais Bridy

Manoel Romão de Sales
Fisioterapeuta
CREFITO 1.725-8 (PPF 324.554.524)



Fisioterapeuta (CREFITO)



AVALIAÇÃO DA FISIOTERAPIA - EVOLUÇÃO

NOME: JOSE MARIA P. LEMOS

REGISTRO: 112163

ENDEREÇO: _____

LEITO: 09

DIAGNÓSTICO: TCE

IDADE: 04 ANOS

DATA	HORA	EVOLUÇÃO DE FISIOTERAPIA
29/09/03	TARDE	Pcte em REG, admitido nesta unidade devido a um acidente de trânsito com consequência um TCE. Encontra-se entubado, sob V.M. (PIC ligado a volume, PEEP=3cmH ₂ O, FiO ₂ =60%, FR=16/16) AP= MVA em AHT d/RA. Conduta: - Aerosol c/ RPPJ - Reed. func. resp. - Exerc. terap. indiv. <div style="text-align: right;">Ass: Charles Ritterson Ludig Moisés O. Henrique Fisioterapeuta CREFITO 17255-PPE 374 524 544</div>
30/09/03	MANHÃ	Pcte em REG, hipersecretor, entubado, sob V.M., com parâmetros ventilatórios preservados. AP= MVA em AHT, próximo em HTA d/RA. Conduta: - Aerosol c/ RPPJ - Reed. func. resp. - Exerc. terap. indiv. <div style="text-align: right;">Ass: Charles Ritterson Ludig Moisés O. Henrique Fisioterapeuta CREFITO 17255-PPE 374 524 544</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin-left: auto;">MBM SEGURADORA 09 AGO. 2012 SINISTRO PRIVAT</div>
01.10.03	manhã	Pcte em REG, entubado sob VM (5xMV/PSV. 20cmH ₂ O), FiO ₂ : 50%, FR: 16/16, PEEP: 5. Hipersecretor. AP: MVA em AHT 4 r/min Conduta: Aerosol 4 RPPJ; Exerc. terap. ind. Reed. func. resp. <div style="text-align: right;">Ass: Ludig Moisés O. Henrique Fisioterapeuta (CREFITO) Ludig Moisés O. Henrique Fisioterapeuta CREFITO 17255-PPE 374 524 544</div>

T.F: 01/10/03

01/10/03 Pte em Rto, entubado sob VM (SIMV + PSV) + PS) FIO₂ = 50%, PEEP = 5 cm H₂O, FR = 16/16, PS = 20 cm H₂O

Conduta: Exerc. terap. ind.
Aeros. C/R PPT
Reed. func. Resp.
Acad. Vanessa Leite
brunete
Fisioterapeuta
CREFTO 1.729.712-12 324.554-5

02.10.03 Manhã Paciente grave, intubado sob VM (SIMV + PSV), Hipersecretivo com AP = MV ⊕ com roncacos em HTD e ruído em HTE.

Conduta: Aerosol C/R PPT
Reed. func. Resp.
Exerc. terap. ind.
Acd: Juliana de Melo Monteiro



Maria Ramalho de Sá
Fisioterapeuta
CREFTO 1.8478-F
CIC 19.893.104-15

02.10.03 Manhã Pte em Rto, entubado sob VM (SIMV + PSV) FIO₂ = 50%, PEEP = 5 cm H₂O, PS = 20 cm H₂O

Conduta: Aerosol C/R PPT
Exerc. terap. ind.
Reed. func. Resp.

Acd: Carlos Pereira
brunete
Fisioterapeuta
CREFTO 1.729.712-12 324.554-5

02.10.03 Paciente grave sem alterações clínicas, Parâmetros Vent. mantidos
Conduta: Aerosol com APPT
Reed. func. respiratória
Exerc. terap. individualizados
brunete
Fisioterapeuta
CREFTO 1.729.712-12 324.554-5

02.10.03 Pte em Rto, entubado sob VM (R/C a 40 mmHg), com

Env. 13/8



UNIDADE DE EMERGÊNCIA
DOUTOR ARMANDO LAGES

SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. ARMANDO LAGES
SERVIÇO SOCIAL

FICHA SOCIAL

Prontuário 11-10-03

NOME: João Manoel Sbragato Gomes
 ENDEREÇO: Rua do Brasil
 CIDADE: Paulista ESTADO: Alagoas
 SEXO: M DATA DE NASCIMENTO: 27/12/79 IDADE: 24
 C.P.F.: 048.511.524-18 R.G.: 1 771 910 SP - M
 FILIAÇÃO: (PAI) Sebastião Pereira Gomes
 (MÃE) Luiza Sbragato Gomes
 PROFISSÃO: --- ESTADO CIVIL: ---
 RESPONSÁVEL / PACIENTE: Luiza Sbragato Gomes (mãe)
 ENDEREÇO: Rua do Brasil TELEFONE: 28.000.000

DATA DE ADMISSÃO: 29/09/03 HORA: 8:00
 DIAGNÓSTICO: TCC
 MÉDICO: ---
 RECEBEU ALTA: 13/10/03 PARA ONDE: CLINICA
 ALTA A PEDIDO: --- PARA ONDE: ---
 DATA DE ADMISSÃO: ---
 TRANSFERÊNCIA: --- PARA ONDE: ---
 ÓBITO: --- HORA: --- LOCAL: ---
 VISADO A QUEM? ---

MBM
SEGURADORA
09 AGO. 2012
SINISTRO DRVAT

OBSERVAÇÃO: 356-6191 - Gráfico hipotético
emitido de Marcelo Lopes

DOCUMENTOS DE IDENTIFICACAO

1004037



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 1771910 **DATA DE EMISSÃO** 24/07/2010

NOME JOSE MARIA PORANGABA LEMOS

PLACAO SEMI-TRATADO PORANGABA LEMOS

ABRIGADA PORANGABA LEMOS

NACIONALIDADE PORTUGUESA - AL

DATA DE NASCIMENTO 27/02/1979

DOC. ORDEM 119-27-6

CERT. NASC. 4099 FLS 03

PARA LACRADO - AL

OFF 007.571.534-15

2. VTD

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

Assinado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALACIOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

CENTRO DE PERICIAS FORENSES

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS

Fotografado

Polígrafo

Assinado

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MEM

SEGURADORA

09 AGO. 2012

SINISTRO DPVAT

Maceió, 23 de fevereiro de 2012

A

SEGURADORA LIDER

A/C Cristina Grasso

Departamento de Sinistros

OUTROS



Prezados Senhores:

PROCESSO DE SINISTRO DPVAT - INVALIDEZ - VITIMA:

JOSÉ MARIA PORANGABA LEMOS

venho, através deste, comunicar que não disponho do Documento de Identificação do veículo envolvido no acidente pelos motivos a seguir expostos:

NÃO POSSUO DOCUMENTO DO VEÍCULO POIS
APOS O ACIDENTE EU VENDI.

ATENCIOSAMENTE



X José Maria Parangaba Lemos

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

1004039

Nº DO SINISTRO

EU, JOSÉ MARIA PORANGABA LEMOS
 PORTADOR (A) DO RG Nº 1771910 EXPEDIDO POR SSPIAL EM (DATA) 24/09/2010
 E CPF Nº 047.575.524-18 CNPJ _____ PROFISSÃO Mecânico
 E RENDA MENSAL DE R\$ Recurso-x NA QUALIDADE DE
 BENEFICIÁRIO (A) DO VALOR REFERENTE A INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA
José Maria Porangaba Lemos AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS
 CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

1. ☒ CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS) Bradesco
 Nº BANCO 234 Nº AGÊNCIA 3230-1 C/P 0540360-0
2. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO
 Nº BANCO 237 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____
3. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL
 Nº BANCO 001 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____
4. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ
 Nº BANCO 341 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____
5. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Nº BANCO 104 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____



DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.
 UMA VEZ EFETUADO O CRÉDITO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS
 INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA
 REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL: Maceió DATA 23/02/2012

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO (A): José Maria Porangaba Lemos

ATENÇÃO:

- O Seguro Dpvat garante: Indenização de R\$ 13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das seqüelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6.194/74 e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares (valor varia conforme o total de despesas comprovadas, tomando por base os limites definidos pela tabelas autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP).
- Para acompanhar o andamento do pedido da indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204, de segunda a sábado, de 08 às 20 hs.
- A Circular Sisp nº380/08, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.



ESTADO DE ALAGOAS
DIREÇÃO GERAL DE POLÍCIA CIVIL
1001 Delegacia Distrital em PAULO JACINTO/9º DRP/Área 3

Número da Ocorrência: 08/2012		Paulo Jacinto/AL.	
FATO			
Natureza: ACIDENTE DE TRANSITO		Data e Hora do Comunicado: 26/06/2012 Às 13h30min	
Data e Hora do Fato: 29/09/2003 Às 04h00min		Local do Fato: No final da Rua Santa Quitéria, Paulo Jacinto/AL, (Saída da cidade).	
NOTICIANTE (VITIMA)			
Nome: JOSE MARIA PORANGABA LEMOS			
RG: 1771910-AL CPF n° 047.571.524-18			
Filiação: Sebastião Pereira Lemos e Aurora Porangaba Lemos			
Profissão: Agricultor	Data de Nascimento: 27/02/1979	Cor: Parda	
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: Paulo Jacinto/AL	Estado Civil: casado	Grau de Instrução: Ensino Médio
Endereço: Vila São Francisco	N° 09	Bairro: Area Rural	Cidade: Paulo Jacinto/AL
Ponto de Referência:			Telefone: 9973-2043
INFRATOR			
Nome:			
Filiação:			
CPF n°:			
Profissão:	Data de Nascimento:	Cor:	
Nacionalidade:	Naturalidade:	Estado Civil:	Grau de Instrução:
Endereço:	N°	Bairro:	Cidade:
Ponto de Referência:			Telefone:
HISTORICO			
<p><u>NARRATIVA DA VITIMA:</u> Relata o noticiante (vítima), que na data, hora e local acima referidos, encontrava-se nesta cidade de Paulo Jacinto/AL, mais precisamente na residência de um amigo onde estava acontecendo uma festa. Informa o noticiante que por volta das 04h00min, resolveu retornar para sua residência, e, ao passar por uma curva perdeu o controle de sua motocicleta vindo a cair ao solo, acrescentando que tinha ingerido uma grande quantidade de álcool. Que após o acidente em tela, fora socorrido para o HGE/Maceió/AL, onde ficara em estado de coma por 08 (oito) dias. Era o que tinha a registrar.</p>			
Paulo Jacinto/AL, 26 de junho de 2012.			
Vítima:	José maria Parangaba Lemos		
Escrivão:			

MEM
SEGURADORA
 09 AGO. 2012

SINISTRO DPVAT

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA

CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE IML

1004029



Eu, JOSE MARIA PORANGA BA LEMOS portador da carteira de identidade nº 5771910 e inscrito no CPF/MF sob o nº 047.541.524-18 residente e domiciliado na PV VL SÃO FRANCISCO N° 09 Cidade QUEBRANGULO Estado ALAGOAS, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (☒) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa previa concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Jose Maria Parangaba Lemos

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Maceio 23.02.2012

Local e data

